



ACÓRDÃO Nº520/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11360/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Fundo da Previdência Social do Município de Caapiranga – FUNPREVIC
- 4- **Exercício:** 2018
- 5- **Responsável:** Francisco Adoniran Macena da Costa (Ordenador de Despesa), Gean Ferreira Macena (Ordenador de Despesa), Sebastião Nunes da Costa (Ordenador de Despesa), Rafael Alberto da Silva Gomes (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4.461/2020-MP-ESB, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo da Previdência Social do Município de Caapiranga – FUNPREVIC. Exercício de 2018.

Regularidade. Irregularidade. Multa. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular** a Prestação de Contas do Sr. **Rafael Alberto da Silva Gomes**, Gestor do Fundo Municipal de Previdência Social do Município de Caapiranga – FUNPREVIC, período de 01/01/2018 a 11/01/2018, nos termos do artigo 22, inciso I, da LOTCE/AM c/c artigo 188, inciso II; §1º, inciso I, estes do RITCE/AM;
- 10.2. **Julgar regular** a Prestação de Contas do Sr. **Sebastião Nunes da Costa**, Gestor do Fundo Municipal de Previdência Social do Município de Caapiranga – FUNPREVIC, período de 12/01/2018 a 06/02/2018, nos termos do artigo 22, inciso I, da LOTCE/AM c/c artigo 188, inciso II; §1º, inciso I, estes do RITCE/AM;
- 10.3. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do Sr. **Gean Ferreira Macena**, Gestor do Fundo Municipal de Previdência Social do Município de Caapiranga – FUNPREVIC, período de 07/02/2018 a 30/09/2018, nos termos do artigo 22, inciso III, alínea “b”, da Lei nº 2.423/1996-



ACÓRDÃO Nº520/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

LOTCE/AM c/c 188, inciso II; §1º, inciso III, alínea “b”, estes da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM, em razão das impropriedades relacionadas no item 5;

10.4. Julgar irregular a Prestação de Contas do Sr. **Francisco Adoniran Macena da Costa**, Gestor do Fundo Municipal de Previdência Social do Município de Caapiranga – FUNPREVIC, período de 01/10/2018 a 31/12/2018, nos termos do artigo 22, inciso III, alínea “b”, da Lei nº 2.423/1996-LOTCE/AM c/c 188, inciso II; §1º, inciso III, alínea “b”, estes da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM, em razão das impropriedades relacionadas no item 6;

10.5. Aplicar Multa no valor de **R\$ 20.000,00** ao Sr. **Gean Ferreira Macena**, nos termos do artigo 54, inciso VI, da LOTCE/AM, por grave infração a norma legal, em razão das impropriedades consideradas não sanadas, que deverá ser recolhida no prazo de **30 dias**, na esfera **Estadual** para o órgão **Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, quais sejam: *acesso à informação prejudicado (restrições 2, 6a e 14); não-apresentação dos documentos exigidos na Resolução TCE/AM nº 08/2011 (restrição 3); gestor sem certificação oficial para atuação no mercado de capitais (restrição 5); Conselho Municipal de Previdência inoperante (restrições 6c e 6d); ausência de registro individualizado das contribuições individuais e patronais (restrição 6e); ausência de Comitê de Investimento (restrição 6f); ausência de comprovação de envio à Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda do demonstrativo de informações previdenciárias e repasses e das demonstrações contábeis (restrição 7a); deixar de cobrar dos órgãos devedores os valores retidos e não repassados ao FUNPREVIC, no montante de R\$ 1.989.267,79 (restrição 8); não-envio de processos de aposentadoria ao TCE/AM (restrição 11); inexistência de reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Municipal de Previdência no decorrer do exercício de 2018 (restrição 12); ausência do relatório de avaliação atuarial (restrição 18);* Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções



ACÓRDÃO Nº520/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.6. Aplicar Multa** no valor de **R\$ 14.000,00** ao Sr. **Francisco Adoniran Macena da Costa**, nos termos do artigo 54, inciso VI, da LOTCE/AM, por grave infração à norma legal, em razão das impropriedades consideradas não sanadas que deverá ser recolhida no prazo de **30 dias**, na esfera **Estadual** para o órgão **Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, quais sejam: *acesso à informação prejudicado (restrições 2, 6a e 14); não-apresentação dos documentos exigidos na Resolução TCE/AM nº 08/2011 (restrição 3); gestor sem certificação oficial para atuação no mercado de capitais (restrição 5); ausência de registro individualizado das contribuições individuais e patronais (restrição 6e); ausência de Comitê de Investimento (restrição 6f); ausência de comprovação de envio à Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda do demonstrativo de informações previdenciárias e repasses e das demonstrações contábeis (restrição 7a); deixar de cobrar dos órgãos devedores os valores retidos e não repassados ao FUNPREVIC, no montante de R\$ 937.831,07 (restrição 8); ausência do relatório de avaliação atuarial (restrição 18);*

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.7. Dar ciência** da presente decisão ao Sr. **Rafael Alberto da Silva Gomes**;

- 10.8. Dar ciência** da presente decisão ao Sr. **Sebastião Nunes da Costa**;



ACÓRDÃO Nº520/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 10.9. Dar ciência da presente decisão ao Sr. Gean Ferreira Macena;**
- 10.10 Dar ciência da presente decisão ao Sr. Francisco Adoniran Macena da Costa;**
- 10.11 Dar ciência da presente decisão à atual gestão do Fundo da Previdência Social do Município de Caapiranga – Funprevic;**
- 10.12 Dar ciência da presente decisão ao Ministério Público do Amazonas para que, no uso de suas atribuições e competências, tome as providências que entender cabíveis.**
- 11- Ata:** 17ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- Data da Sessão:** 1 de Junho de 2021
- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).
- 13.1. Auditor presente e Relator:** Luiz Henrique Pereira Mendes.
- 14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral